



MULHERES QUILOMBOLAS E A REPRODUÇÃO SOCIAL DA VIDA NAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO

Saritha Denardi Vattathara
Hector do Santos Facco
Alisson Vicente Zarnott
José Marcos Froehlich

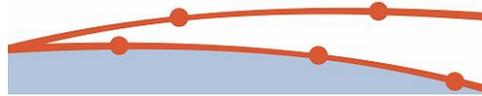
O objetivo do presente trabalho é identificar elementos da reprodução social em duas comunidades quilombolas do Centro Serra, sendo elas Júlio Borges (Salto do Jacuí) e Linha Fão (Arroio do Tigre), com foco na participação das mulheres nesse processo. Para tal, utilizou-se da pesquisa participante, tendo como principais métodos para realização do estudo a observação participante aliada ao processo de entrevistas de caráter *aberto* ou *não-estruturado*. O processo histórico de desenvolvimento das comunidades quilombolas demonstram as estratégias de resistência e de produção/reprodução social, destaca-se a) as particularidades nas relações de gênero, com relações que pressupõem um maior grau de igualitarismo; b) as relações mais cooperativas entre as mulheres das comunidades, principalmente na criação dos filhos; c) a relação das mulheres com as estratégias de produção de alimentos e alimentação; e d) a participação política na organização das comunidades. Por fim, conclui-se que as mulheres desempenham atividades fundamentais no trabalho que gera renda para as famílias, nos trabalhos de manutenção e alimentação dos membros familiares, como também nas atividades que preservam e recriam as histórias, a cultura e as tradições dentro das comunidades quilombolas.

Palavras-chave: Reprodução social. Mulheres quilombolas. Identidade. Território.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho indaga a respeito do papel das mulheres na reprodução social da vida nas comunidades remanescentes de quilombo, analisando dois grupos específicos: a comunidade de Linha Fão, em Arroio do Tigre, e a comunidade de Júlio Borges, em Salto do Jacuí.

A autora do trabalho teve envolvimento direto com essas comunidades ao longo de sua atuação no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial Centro Serra (NEDET CS) durante o ano 2018. O NEDET CS foi criado em 2014, por meio de uma chamada pública originada pela articulação entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e a Secretaria Especial de Política para as Mulheres



(SPM), e com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e tem como ação principal proporcionar assessoria técnica qualificada para a manutenção e a consolidação das instâncias de gestão social participativa e do Banco de Projetos Territoriais do Território Centro Serra do RS, território que entre doze municípios abrange Salto do Jacuí e Arroio do Tigre. O viés de inclusão social e produtiva tem permitido ações conjuntas nas duas comunidades em específico

A temática do presente trabalho se torna relevante ao perceber que em todas as atividades desenvolvidas pelo NEDET CS - como reuniões, plenárias, palestras, visitas técnicas, entre outras - a participação das comunidades se constituía majoritariamente pelas mulheres das comunidades. Neste sentido, busca-se contribuir nas discussões que tangem a questão de gênero e raça em comunidades rurais, que infelizmente é pouco estudada e analisada até então.

Contrariando as percepções iniciais presentes em outros arranjos sociais, quem se propõem em estar à frente da reconstrução do reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos, são majoritariamente grupos formados por mulheres das comunidades. Elas se constituem enquanto sujeitos políticos e formadoras da identidade e da preservação e da reprodução da cultura e da história daquele local e daquelas pessoas. Esta percepção vai em contraponto ao processo de masculinização e envelhecimento identificado no meio rural¹ (BENETTI, 2018), sendo que as comunidades negras rurais, em particular aqui retratadas as comunidades quilombolas, se reafirmam como comunidades com predominância feminina e jovem. As mulheres quilombolas além de movimentar economias locais comercializando em pequenas feiras, com vizinhos e se responsabilizando pelo autoconsumo de suas famílias, também trabalham, geralmente, em pé de igualdade com os homens da comunidade em atividades externas, como o trabalho sazonal em lavouras próximas ou, como no caso da Júlio Borges, na extração de pedras ágatas.

Objetivando compreender a realidade das comunidades quilombolas, buscou-se descobrir e descrever a importância das mulheres na dinâmica local das comunidades e das famílias com ênfase nas distintas dimensões (social, econômica e cultural).

¹ O comparativo entre os Censos Agropecuários de 2006 e de 2017 demonstram que o percentual de moradores de áreas rurais com idade entre 25-30 anos passou de 13,56% para 9,48% da população total rural e de moradores com idade acima de 65 anos passou de 17,52% para 21,4%. Enquanto que, segundo o PNAD/IBGE e o Censo Agropecuário de 2017, de 2013 para 2017 houve uma redução de 15% da população feminina do campo.



Assim, o método utilizado se baseou na pesquisa e observação participante, conforme Gray (2012), considerando que os autores estão inseridos diretamente na equipe do NEDET - Centro Serra/UFSM. Aliou-se a observação participante à entrevistas de caráter *aberto* ou *não-estruturado*, buscando desta maneira, auxiliar na compreensão da realidade do *locus* de estudo (MINAYO, 2012), procurou-se ter acesso a um conjunto de elementos da trajetória passada e que resultam na conjuntura atual das mulheres quilombolas e respectivas comunidades. Essa abordagem permite com que não se tenha uma resposta delimitada à pergunta, podendo retratar sua compreensão da realidade da comunidade, da sociedade externa e delas mesmas enquanto sujeitos inseridos nesses espaços, retomando suas vivências de forma retrospectiva e liberando elementos críticos reprimidos ou não falados outrora, valiosos para a análise proposta nesse trabalho, fornecendo relatos extremamente ricos para compreender o vivido. Segundo Minayo (2012), pode-se encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual.

O trabalho é estruturado em 5 partes, iniciando com uma breve revisão da (re)significação do termo quilombo na história, partindo posteriormente para uma apresentação e contextualização das comunidades quilombolas. Logo após apresentam-se aspectos da realidade social e a reflexões sobre a realidade colocadas para estas comunidades, e por fim algumas considerações finais sobre o trabalho.

2 O TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Os quilombos se constituem como *locus* localizados espacialmente e temporalmente de maneira heterogênea no território nacional. Sua origem se deu no Brasil colonial onde grupos de escravizados fugiam das fazendas e das senzalas e se refugiavam em lugares de difícil acesso, no meio de florestas ou áreas afastadas de núcleos urbanos.

Segundo Berger (2007), o quilombo de Palmares foi a maior manifestação de rebeldia contra o escravismo na América Latina. Durou quase cem anos e criou uma sociedade alternativa, mostrando a possibilidade de uma organização formada por homens livres. Chegou a ter 25000 habitantes por volta de 1670. Os territórios quilombolas são a materialização da luta contra a escravidão, se constituindo como locais de intensas interações sociais e mudanças nas dinâmicas regionais.

Os quilombolas implantaram um sistema produtivo dinâmico, começando com a colheita, seguido pela caça e pesca, que dava base a uma alimentação abundante, capaz de suprir toda população. Praticavam uma agricultura do tipo policultura-comunitária. Ainda,



segundo o mesmo autor, os quilombos negavam e repudiavam o sistema latifundiário dos sesmeiros e adotavam o uso útil de pequenos tratos e roçados de maneira a praticar uma economia de subsistência.

Outros elementos presentes eram a solidariedade e a cooperação, muitas vezes determinantes para a sobrevivência do quilombo. Encontravam-se nos plantios principais milho, feijão, mandioca, batata e cana-de-açúcar (BERGER, 2007).

Durante a história houve muita luta por parte de movimentos sociais negros para o reconhecimento desses territórios, para assim poderem ter direito e proteção jurídica. Uma das demandas principais das comunidades quilombolas era o acesso legal a terra, ou seja, a uma forma de continuar existindo. Muitos foram os descendentes de escravizados que ocuparam áreas para se estabelecer e constituir um local de morada e produção, com regras sociais que cabiam somente às famílias e a comunidade em si.

Na atualidade muitos quilombos são considerados como comunidades remanescentes de quilombos. O termo passou a ser veiculado no Brasil “principalmente no final dos anos oitenta, para se referir às áreas territoriais onde passaram a viver os africanos e seus descendentes no período de transição que culminou com a abolição do regime de trabalho escravo, em maio de 1888” (BUTI, 2014, p.15).

Apesar da abolição, o Estado, ao invés de procurar promover a reinserção do contingente de pessoas que até então estava com marcas de violações profundas, procurou por meio de novos estigmas e estratégias esconder a realidade da escravidão e dos negros e negras. No estado do Rio Grande do Sul uma das táticas de fazer isso foi por meio da imigração de cidadãos europeus para repovoar o rural gaúcho sob a falsa retórica racista deles serem superiores culturalmente ao lavrador nacional, aos caboclos livres e aos escravizados (DORNELES, 2016).

Esse cenário perverso fomentou ainda mais os estereótipos e a marginalização dos negros recém livres, diminuindo suas chances de acesso à terra, à trabalho digno e, portanto, a ter a possibilidade de se reproduzir socialmente e culturalmente. Além disso, fez com que esse povo encontrasse como solução o trabalho como agregado em grandes latifúndios – às vezes de forma itinerante - nos moldes de servidão, por meio da troca de sua força de trabalho para o acesso a um pedaço pequeno de terra para produção de alimentos para si e para o patrão.

Com uma enorme dívida histórica do Estado brasileiro para com a sua população negra e rural, as conquistas por reconhecimento e reparação de séculos de exploração e lutas



surgiram somente em 1988, na Constituição Cidadã. A partir dela e do artigo nº 68 da Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que diz que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”, o debate da questão quilombola tornou-se de preocupação nacional (BRANDÃO, 2017, p. 2).

Define-se somente com a Constituição de 1988, por meio das lutas dos movimentos negros organizados coletivamente, que o quilombo não se constituía somente como um espaço que servia somente como refúgio de cativos, mas sim, um local onde se reproduziam culturas, tradições e práticas que remetiam a uma etnia específica. Essa nova ressignificação auxiliou na ampliação da esfera de direitos para os quilombolas, institucionalizando políticas que visassem estruturar, reconhecer, titular e desenvolver esses espaços políticos antes invisibilizados.

Bargas (2017) traz essa mudança de conceito em virtude da nova definição dada pela Associação Brasileira de Antropologia

O termo (quilombos ou remanescentes de quilombos) não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. De forma contrária à concepção passada de quilombos, a Associação Brasileira de Antropologia, ao afirmar ainda que o termo é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico, dá relevo ao componente étnico (BARGAS, 2017, p. 8)

Segundo Bargas (2017), a atuação do Movimento Negro em sua vertente contemporânea teve papel fundamental ao definir como pautas articuladas: a denúncia da ideia de democracia racial como um mito; a promoção da autoestima dos grupos negros por meio de uma valorização relacionada a traços físicos e a expressões culturais e a atuação junto ao Estado a favor de ações afirmativas.

A luta para o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos ganhou sua institucionalidade à medida que foi conquistada por grupos étnicos que por meio da solidariedade e da luta social conseguiram sintetizar e propor alternativas ao Estado para que se promovessem a inclusão dessas comunidades rurais presentes, mas invisíveis no Brasil.

Atualmente no Brasil foram reconhecidos oficialmente, desde 1988, cerca de 3,2 mil comunidades quilombolas. Quase 80% delas foi identificada a partir de 2003, quando foi editado o Decreto 4887, que traz os procedimentos de identificação, reconhecimento,



delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por quilombolas (BRITO, 2018). Apesar desse número, menos de 7% das áreas reconhecidas tem atualmente a titulação, dificultando o acesso à estruturação das comunidades remanescentes e às políticas de inclusão social e produtiva.

3 AS COMUNIDADES REMASCENTES DE QUILOMBO

A comunidade remanescente de quilombo Linha Fão está localizada no quinto distrito de Arroio do Tigre, chamado de Sítio Novo. Um marco natural que traça seus limites é o rio dos Caixões, cuja extensão separa os municípios Arroio do Tigre, Salto do Jacuí e Jacuizinho. A comunidade é formada por quinze famílias que possuem entre elas algum grau de parentesco, e que ocupam uma área de aproximadamente 11 hectares.

Devido a metade da área em que vivem, não ser propícia para agricultura, por ser um terreno íngreme e acidentado com muitos sedimentos rochosos, a principal fonte de renda das famílias se constitui no trabalho sazonal das lavouras de fumo dos “colonos alemães” – como são conhecidas as pessoas descendentes dessa etnia no território e com quem historicamente os quilombolas possuem estreitas relações de compadrio e subordinação (BUTI, 2015), ainda também realizam variados trabalhos temporários no período da entre safra da cultura do fumo.

As relações estabelecidas limitam à comunidade as opções de trabalho produtivo, sendo elas: a) o plantio na área que ocupam e eventualmente o arrendamento de terras de lindeiros; b) a produção de artesanato (com material reciclado como plástico ou tecido, palha de milho e/ou sementes), e principalmente, o trabalho como peões, diaristas ou agregados em propriedades e casas alheias.

Essa situação histórica de vulnerabilidade fez com que, em determinado momento, alguns membros da comunidade quilombola da Linha Fão migrassem para o município vizinho de Salto do Jacuí, mais exatamente para localidade de Júlio Borges.

A formação da comunidade quilombola da Júlio Borges está diretamente ligada com a migração que ocorreu da comunidade quilombola da Linha Fão. Ambas as comunidades mantêm laços de afinidades, espiritualidade, além do parentesco por consanguinidade.

A comunidade Júlio Borges tem seus integrantes organizados na Associação Comunitária Remanescentes de Quilombo Júlio Borges. A comunidade está localizada em Salto do Jacuí, na localidade da Júlio Borges, próximo aos limites com o município de Arroio



do Tigre, estando distante acerca de 10 km da comunidade Linha Fã. A comunidade Júlio Borges é composta por 40 famílias que vivem em uma área de 221 hectares. As atividades econômicas das famílias são diversas, tais como: a) produção agropecuária para o autoconsumo; b) artesanato (que se refere à costura de tecido, crochê e tricô); c) produção de alimentos processados (pães, bolachas, paçocas entre outros); d) cultivo de soja; e e) extração da pedra ágata.

As duas comunidades retratadas neste trabalho são localizadas no território Centro Serra.

3.1 LINHA FÃO

A comunidade Linha Fã está localizada a aproximadamente 30 km da área urbana do município de Arroio do Tigre. O terreno é declivoso e íngreme, o solo argiloso e próximo ao Rio Caixão. Neste local moram cerca de quinze famílias negras, que dividem um espaço de, aproximadamente, cinco hectares de terra (RUBERT, 2005). A Figura 2 indica a localização da comunidade Linha Fã.

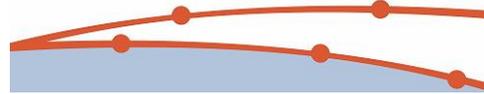
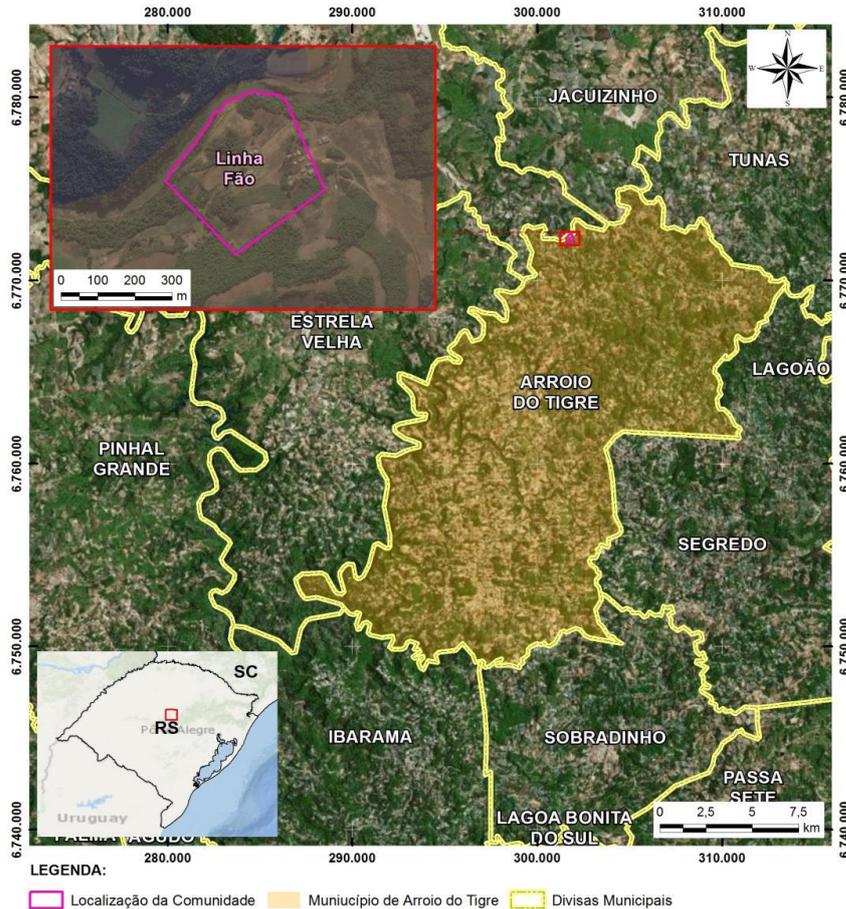


Figura 1 - Localização da comunidade Linha Fão.



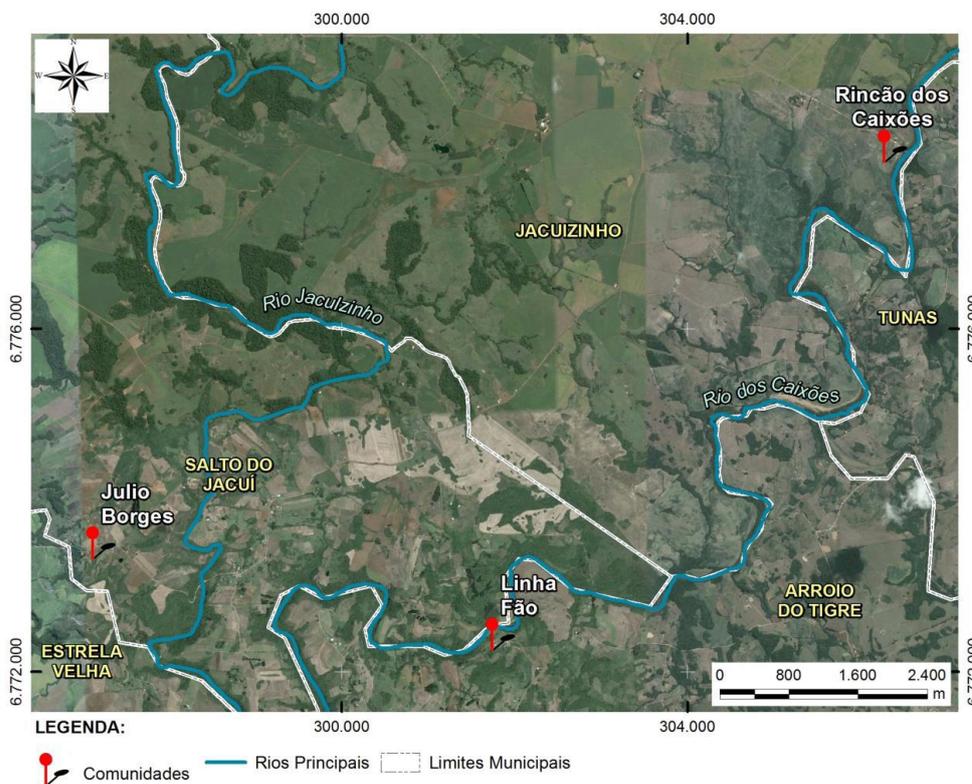
Fonte: BUTI, 2014.

Essa comunidade foi reconhecida em 2006 pela Fundação Palmares. Segundo Honnef (2012), após o reconhecimento da comunidade o primeiro passo, e mais difícil, foi o auto reconhecimento por parte dos quilombolas da comunidade. Devido ao histórico de negação de direitos, racismo institucional e herança histórica da escravidão dos antepassados, foi necessária a atuação da EMATER para que se começasse o trabalho de resgate cultural, no sentido de demarcar a importância da tradição quilombola e da presença da comunidade e das famílias para a dinâmica do território. Nessa etapa foram imprescindíveis a organização e a participação de mulheres nas atividades propostas pelo órgão de assistência técnica. Em arquivos fotográficos dos primeiros momentos de resgate da cultura quilombola é notável a presença somente de mulheres nas atividades.

3.2 JÚLIO BORGES

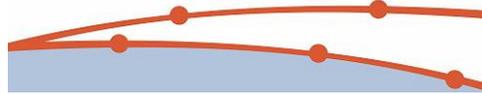
A comunidade remanescente de quilombo Júlio Borges está situada a 22 km do centro do município Salto do Jacuí, a caminho da “Tabajara”, como os moradores o identificam. Ocupa uma área de 12 hectares onde as moradias estão dispostas em um formato de agrovila. Desde 2014, o território foi ampliado, considerando que receberam a titulação de uma área vizinha de 211 hectares que fora dividida entre os integrantes. A Figura 3 apresenta a localização da Comunidades Julio Borges.

Figura 2 - Localização de comunidade Júlio Borges, Linha Fão e Rincão dos Caixões.



Fonte: BUTI, 2014.

Contam com áreas para plantio de seus alimentos e apesar de acessar a maquinários agrícolas por meio de recursos e programas sociogovernamentais, nota-se que a agricultura se baseia nos tratos manuais e nas técnicas antigas. Nota-se que as atividades da comunidade são desenvolvidas em sua grande maioria pelas mulheres da comunidade, como será abordada a seguir.



4 AS MULHERES E A REPRODUÇÃO SOCIAL EM COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO

Desde o período colonial as mulheres eram os sujeitos que permitiam, por meio do trabalho na agricultura, a perpetuação da vida da família negra na senzala ou no quilombo. Elas também tinham a compreensão de que a lida com a terra era um “campo fértil” para a manutenção de culturas, técnicas de cultivo e outros fatores culturais cuja raiz se encontrava na África. De acordo com Dorneles (2016), a relação do negro com a terra, faz parte de sua raiz cultural. A agricultura era a possibilidade de manter a sua identidade e autonomia, pois através da terra poderia plantar aquilo que tradicionalmente era sua base alimentar e seu sustento econômico e social.

Para as mulheres negras escravizadas

O trabalho doméstico era o único trabalho significativo para a comunidade escrava como um todo. Foi justamente por meio dessa labuta – que há muito tem sido expressão central do caráter socialmente condicionado da inferioridade feminina – que a mulher negra escravizada conseguiu preparar o alicerce de certo grau de autonomia, tanto para ela como para os homens. Mesmo sendo submetida a um tipo único de opressão por ser mulher, era levada a ocupar um lugar central na comunidade escrava. Ela era assim, essencial à sobrevivência da comunidade (DAVIS, 2016, p.29)

Essa característica é elemento fundamental para compreender o papel das mulheres quilombolas dentro de seu núcleo familiar e dentro da própria comunidade. Ela, por mais que esteja sujeita a esfera de opressão de gênero, quando está no seu grupo étnico e cultural cumpre um papel totalmente diferente das mulheres brancas da sociedade rural ou urbana branca.

Se destaca na Linha Fão e na Júlio Borges uma maior igualdade sexual no trabalho, onde mulheres e homens, mais antigamente do que nos dias atuais, dividiam os serviços na lavoura dos patrões. No depoimento da mulher mais antiga da comunidade Júlio Borges, com 85 anos de idade, isso fica evidente

Eu me criei no serviço, ainda lavo roupa, lavei tudo isso daí na mão. Tenho a máquina, mas não gosto. Eu lavo roupa, às vezes vou lá no terreno, eu tenho que fazer porque sou acostumada no serviço, parada não dá [...]. Me criei trabalhando. Cuidava criança quando era bem pequena. Todo mundo ia pra roça, mãe, pai, os tios, a vó, eu era pequena e fraca e aí cuidava das nenês, dava mamadeira, as vezes pegava e levava lá na roça pra elas mamar porque as mães tavam todas no serviço. Assim que ficávamos um pouco mais forte



íamos tudo na roça trabalhar pros colono (DANDARA², fragmento de entrevista)

Ela, ao lembrar as primeiras tarefas incumbidas às crianças menores, lembra as vezes em que, para amamentar os filhos pequenos, levava-os nas lavouras para que as mães, empenhadas a trabalhar nas terras dos patrões, pudessem alimentá-los.

Outro depoimento que traz fortemente a presença da mulher na labuta externa para contribuir de igual para igual com o “homem da família” é de uma mulher da comunidade Júlio Borges, relatando o período de trabalho na abertura dos garimpos de Salto do Jacuí

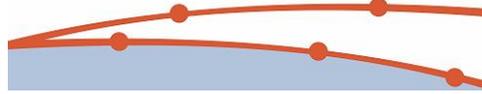
Eu trabalhava na lavoura e no garimpo, não tinha outra opção. O garimpo naquela época era “lavra”. Hoje tem garimpo também, mas não mais de abrir buraco, de cavoucar que nem antigamente. Agora é com máquina. Antes era nós que abria buraco e tirava pedra, muita mulherada. Daí tu vai cavando, vai achando a pedra, e aí limpando com a chelpa (?), e vai atirando aquela terra pra trás e se avançando pra frente. Enquanto tá dando pedra tu vai indo nessa lavra [...]. Hoje não é mais aquela judiaria de antes. Porque eu cavoquei até grávida, escavando mesmo assim, até uma semana antes de ganhar meu guri mais velho. Eu trabalhei até os nove meses, e uma semana antes de parir eu parei, eu não sentia nada (KÊNIA, fragmento de entrevista).

A maior parte das mulheres da comunidade em idade ativa ainda trabalha fora da comunidade nas lavouras dos vizinhos ou nas pedreiras, conjuntamente aos homens da comunidade. Além do trabalho externo há o de manutenção de hortas, o de produção de subsistência com o raro comércio do excedente nas feiras locais.

No ambiente doméstico, portanto, prevalece a figura feminina, reafirmando sua importância. Há um reconhecimento do trabalho que de maneira geral é “invisível” nas famílias brancas. Existe a compreensão por parte dos homens e das crianças das comunidades de que quem coordena a dinâmica da família são elas. Também há maior flexibilidade a respeito das tarefas domésticas devido ao fato de que as mulheres também trabalham fora de casa. Outro exemplo disso foi o fato de que em algumas ocasiões em que houveram reuniões ou atividades da EMATER ou do NEDET Centro Serra que envolviam o almoço, os pais cumpriam as tarefas de casa, o preparo do almoço e das crianças para a escola no turno da tarde para que a esposa pudesse participar da atividade.

Segundo Davis (2016),

² Nome fictício, assim como os demais identificados nos fragmentos de entrevistas.



A divisão sexual do trabalho doméstico não foi hierárquica: as tarefas dos homens certamente não eram nem superiores nem inferiores ao trabalho realizado pelas mulheres, ambos eram igualmente necessários. Além disso, ao que tudo indica, a divisão de trabalho entre os sexos nem sempre era rigorosa; às vezes, os homens trabalhavam na cabana e as mulheres podiam cultivar a horta ou mesmo participar da caça [...]. Nos limites da vida familiar e comunitária, portanto, a população negra conseguia realizar um feito impressionante, transformando a igualdade negativa que emanava da opressão sofrida como escravas e escravos em uma qualidade positiva: o igualitarismo característico de suas relações sociais. (DAVIS, 2016, p.30)

Entretanto, em alguns núcleos familiares isso tem tido leves mudanças devido à inserção das igrejas nas comunidades. Por meio delas há o afastamento de culturas e tradições antigas e a supressão de concepções que diferem da dominante determinada pelo elemento do patriarcalismo. Isso, além de se manifestar ao longo de algumas atividades, ficou nítido quando uma das entrevistadas da comunidade Júlio Borges disse que não fazia mais a prática de benzer as pessoas da comunidade, porque a busca tinha que ser por meio das preces à Deus.

Já na comunidade Linha Fão, não existe igreja estando intacta a prática da benzedura na figura da mulher mais antiga da comunidade. Segundo o relatório antropológico da comunidade, quando eles eram questionados a respeito da religiosidade dos mais antigos, respondiam que eram “gente sem religião, eram um bando de loucos que percorria a região em busca de trabalho e fugindo de guerra” (CHIESA, 2014, p. 120).

Além do trabalho fora da comunidade, nota-se a importância dada pelas mulheres à agricultura de autoconsumo. Para elas, garantir o alimento para a família é se reconhecer enquanto pessoas humanas emancipadas, que não dependem das sobras dos patrões como antigamente. Segundo outro relato

Naquele tempo trabalhava feito escravo mesmo, não importava se tava grávida, doente. Os pobres comiam aquele tipo rolão que não era farinha. Aí disso tirava o pó, a primeira e a segunda. A segunda era bem preta, aí a farinha branquinha ficava com eles a ruim com os pobres. Porque fazer os pobres trabalhar e dar farinha ruim para os pobres? Porque judiar tanto da gente? [...]. Trabalhava o dia inteiro pra ganhar uma latinha assim de banha. Quando a gente falava que era ruim eles davam risada. Nós ficava com as sobras das carneação. Uma vez carnearam uma vaca doente, e quando chegou os pretos de manhã cedinho pra pegar um pouco de miúdos eles deram pra nós essa carne, tava azul de tão ruim, nem os cachorro quiseram comer (AYANA, fragmento de entrevista).



Segundo Buti (2014) para o remanescente de quilombo plantar é mais que uma ocupação, é uma prática necessária em seu cotidiano, um ofício que compõe a identidade agrícola e quilombola. O “saber plantar” é transmitido de geração em geração e não plantar o próprio alimento é tido como um “desgosto”.

Nas duas comunidades nota-se ao redor de cada pequena morada de madeira a presença de flores, ervas medicinais e aromáticas. De maneira geral, ao adentrar na residência de cada família, a mulher apresenta detalhadamente o jardim e todas as espécies plantadas por ela. Nota-se também que cada casa conta com uma pequena horta, que segundo seus relatos, é o que garante o mínimo de seguridade alimentar da família. Nessas hortas encontram-se alguns produtos que se repetem de casa em casa como a mandioca, as espécies folhosas como couve e repolhos, a batata doce, o feijão, o amendoim e o milho, entre outros produtos. Também se nota a presença constante da criação de galinhas livres. Segundo seus relatos, são animais que não demandam atenção para a criação e tratamentos com alimentos específicos, contentando-se com restos de comida e sementes de milho.

Todos esses elementos são trocados constantemente entre os moradores da comunidade, de maneira a criar uma teia de reciprocidades e fortalecer relações de solidariedade. Ao contrário do que acontece quando saem de suas comunidades para ir em municípios cuja sociedade é oriunda de descendente de europeus, onde são tratados como “os pretos”, os “moreninhos”, dentro de suas comunidades há o fortalecimento de suas relações ao passo que se enxergam como iguais de fato. Esse ambiente vem a se tornar um local de reafirmação para as crianças e os mais jovens, que por meio da luta pelo reconhecimento puxada pelas mães ou pelas anciãs da comunidade, aumentam sua estima, conseguindo se reconhecer por sua vez como quilombola dentro e, principalmente, fora da comunidade.

Agora ela tá aprendendo né a fazer os artesanato. Eu não vou tá aqui pra sempre e é importante que ela saiba se virar sozinha sem perder todos os costumes, agora com esses internet e celular fica difícil os jovens querer aprender coisa com os velhos. Mas não fui nem eu que puxei ela pra aprender, ela que me procurou pra aprender e mostrar na escola, toda noite a gente senta e faz junto alguns artesanatos (AMARA, fragmento de entrevista).

Nesse relato nota-se a valorização dos artesanatos da mulher quilombola, que por meio do respaldo externo que começou a ter, graças a exposições e vendas organizadas



pelas organizações que atuam em prol do desenvolvimento rural da comunidade, atraiu a atenção e o interesse da filha.

Também pode-se notar que as relações de trabalho nas hortas e nas áreas plantadas de lavoura se dão entre vizinhos da comunidade quilombola e evitando ao máximo contratação de externos. Criam-se vínculos de reciprocidade entre os quilombolas que garantem sua permanência e o trabalho nas áreas. Segundo Dorneles (2016)

É prática comum dos quilombolas, utilizar-se das trocas alimentares entre os vizinhos e parentes próximos. Aqueles que optaram pelo plantio do feijão, da mandioca, do amendoim, após a colheita fazem a troca com parentes e vizinhos por produtos que não produziram nas suas lavouras e vice-versa. Por exemplo trocam feijão por milho, amendoim por abóbora, etc. E também fazem doações as pessoas que lhes são próximas. Uma forma de agradecimento por alguma dádiva recebida. Estas relações de reciprocidade, são estratégias de sobrevivência e reprodução dos agricultores quilombolas, que permitem a construção de uma rede de solidariedade, tanto para os tempos difíceis, quanto para os bons tempos. (DORNELES, 2016, p.55)

Assim como a ligação ancestral que as mulheres quilombolas tem com a terra, seu cultivo e manejo, há uma forte carga histórica na comida preparada nas casas quilombolas. Elementos que fazem parte do cotidiano atual dizem muito a respeito da vida vivida algumas décadas atrás pelas mulheres mais antigas, onde um dos maiores desafios presentes era conseguir alimentar as crianças, os maridos e elas mesmas com pouco, mas que esse pouco fosse o suficiente para garantir a longa jornada de trabalho forçado nos campos. Várias eram as estratégias tomadas pelas mulheres, entre elas, algumas hoje em dia comem os mesmos ingredientes de antigamente, para lembrar e porque “pegaram gosto”, já outras não conseguem “nem sentir o cheiro” de determinadas comidas, exatamente pela lembrança amarga dos tempos de escravidão³.

Para Zuin (2008) os produtos tradicionais podem ser chamados de produtos com história, tendo em vista que carregam com eles parte da história social de uma determinada cultura. Assim como os pratos feitos pelas mulheres quilombolas, que na sua essência não advêm de receitas escritas ou de ingredientes encontrados em mercados, mas sim cultivados na terra próxima à casa ou alheia, os pratos tradicionais passam de geração em geração

³ As mulheres das comunidades entrevistadas se referem ao trabalho exercido por elas e antepassados mesmo após a abolição. Para elas a vivência do trabalho em terra alheia adquiria outros moldes, porém a essência da relação servil entre o negro e o proprietário da terra não mudou.



carregando mensagens e lembranças de processos vividos pelas famílias ou pela comunidade.

Como fica evidente em um dos relatos, o alimento – ou a falta dele – foi elemento presente ao longo do processo histórico das mulheres quilombolas

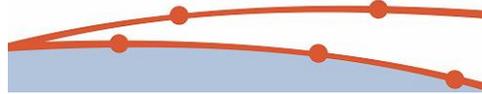
O que a gente comia tem que dizer, não adianta esconder o que é verdade por vergonha. Eu lembro da mãe que botava uma xícara de feijão pra cozinha e nós dividir, e tinha que repartir porque era pra nos almoçar e jantar. E muitos dias nós tinha que sair nas lavouras pra ajuntar essas pastas de porco e essas serralhas⁴, pra depois fermentar espremer e a finada mãe misturava farinha de milho pra nós comer. Nós sofremos. Aí conseguia, às vezes, plantar batata, feijão, milho nos cantinhos da lavoura. Daquela época eu gosto de comer uma quirera, uma canjica, são as coisas que fazia na época perto de festividade, era bom, tinha comida. Às vezes, quando me dá vontade, vou lá e soco no pilão uma canjica (KELARA, fragmento de entrevista).

A falta de comida na vida das comunidades quilombolas tinha relação direta com a falta de uma terra própria para plantar e com a ausência de um tempo disponível para a manutenção da família. Ao falar do pagamento do trabalho, nota-se na fala de todas as mulheres uma certa indignação, raiva e vergonha ao relembrar. Elas compreendem que aquele pagamento era uma ofensa, uma degradação social e um trato injusto.

Muitas das mulheres da comunidade hoje trazem nos relatos o orgulho do fato de terem criado todos os filhos sozinhas, ou sem fazer eles passarem fome, ou sem que eles estivessem hoje envolvidos com o tráfico ou mortos. Ser uma mulher quilombola e conseguir sustentar os filhos, por meio de alimentação plantada e colhida por elas mesmas, é uma forma de reconhecimento. A luta pelo reconhecimento advinda das formas de desrespeito que elas viveram, seja por meio do trabalho pesado e da provação de não ter terra seja por conta da falta do alimento adequado em quantidade suficiente, toma forma na estrutura de uma família, cujos filhos estão indo à escola de “barriga cheia”, apesar dos novos desafios e da precariedade ainda presente.

Essas memórias, que remetem à família e ao trabalho, se tornam motivo de orgulho, sendo elas exemplo central do papel exercido pelas mulheres quilombolas. Elas conseguem

⁴ A serralha (*Sonchus oleraceum*) é uma planta encontrada nos matos, seu nome comum é dente-de-leão, tem gosto amargo e é atualmente conhecida por ser uma planta alimentícia não convencional rica em vitamina A, D e E. O uso da planta em épocas é também relatado Jânia Maria de Paula, no programa Terra de Minas, ao apresentar uma receita quilombola de sua comunidade. (GLOBO, 2014)



resgatar, aos poucos, o valor de suas capacidades e dignidades, se reafirmando e contribuindo de maneira essencial à sucessão da família, inclusive tendo embates com os órgãos políticos para garantir a saúde e a educação de seus filhos, por meio da organização coletiva e de mais lutas por reconhecimento dos territórios remanescentes de quilombos, das crianças negras e de seus direitos.

A experiência adquirida ao longo da vivência junto as duas comunidades quilombolas consolida a interpretação de alguns aspectos relevantes para qual o papel das mulheres quilombolas e sua contribuição na reprodução da comunidade. Em ambas comunidades a presença feminina é notável, independentemente da tarefa desempenhada, do tamanho de sua família ou da idade.

As famílias, salvo raras exceções, tem muitas crianças pequenas e adolescentes. Apesar disso, há uma organização diferente e destoante à família tradicional brasileira⁵. É comum encontrar as avós cuidando dos bebês das filhas, ou mulheres que não tiveram filhos criando os filhos de parentes que tiveram muitas crianças. Isso pode ser sintetizado no relato de uma das mulheres da comunidade Júlio Borges

Como que minha filha com 16 anos vai cuidar? Ela não sabe cuidar dele, ou dormir com ele, ou desentupir o nariz do nenê, é muito nova para isso. Ela tem que ir para escola, sair com amigos, jogar bola. Enquanto isso eu e a sogra que cuidamos do nenê, temos prática. Ele dorme comigo toda noite, ele só fica no colo dela para ela dar de mamar. Quando saio pra trabalhar na roça fica com a mais antiga (YANA, fragmento de entrevista)..

Pode-se notar diferenças quanto a compreensão sobre o que é comunidade ou responsabilidade coletiva, não havendo a responsabilização total do filho na figura da mãe, como acontece via de regra nas famílias brancas.

Também se identifica em um grande número de mulheres sozinhas. Processos de separação são muito comuns nas comunidades quilombolas, sendo elas arranjos sociais em que os laços familiares mais importantes e duradouros, a prior, são os entre mães e filhas ou filhos. Não há nenhuma mulher mais antiga na comunidade que viva longe de algum filho.

Muito presente na comunidade era a figura da parteira. Por estarem localizadas longe dos centros urbanos ou de hospitais e em lugares de difícil acesso para uma ambulância ou

⁵ Compreende-se aqui como família tradicional brasileira a organização social hegemônica das famílias, ou seja, um pai chefe, uma mãe e os filhos que são responsabilidade direta da mãe, independentemente do número ou de sua idade.



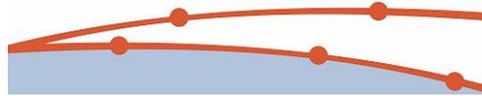
um carro, as mulheres lidavam com a gravidez e o nascimento de maneira muito natural. A mulher mais antiga da Linha Fão, mãe de dez filhos ao total, relata

Eu mesmo ganhava meus filhos, cortava os umbigos, e já limpava o nenem. Doutor não faz coisa nenhuma melhor, eles botam aqueles bairas prendedor desse tamanho no umbigo das crianças. Tem que medir assim, quatro dedos, corta aqui dobra as pontas, e depois tu ata (amarra) bem forte, no outro dia da tarde já tá caído. Eu ganhei os meus e fiz tudo sozinha. Eu fazia sozinha, aprendi com a mãe, a mãe que era parteira e nunca tive problema (DANDARA, fragmento de entrevista)

A rede de sociabilidade dentro da comunidade é intrinsecamente composta por mulheres. Por ter de priorizar em alguns momentos os afazeres da casa, ou participar de tarefas como lavar as roupas nos rios, construiu-se esse universo de fortalecimento social entre elas, fazendo com que as mesmas se organizassem de maneira mais intensa do que os homens, cujo compromisso era majoritariamente cumprido fora da comunidade. Essa atividade é descrita inclusive no relatório antropológico da Linha Fão, em que Chiesa (2014) descreve as mulheres descendo e subindo o morro com trouxas de roupas nas costas para lavá-las, sempre acompanhadas por outras mulheres e crianças, nunca sozinhas, configurando esse espaço como um lugar de sociabilidade.

As atividades que buscam aumentar a renda tradicional das famílias, que é oriunda do trabalho assalariado e temporário nas lavouras de fumo ou na extração de pedras ágata nas pedreiras, são praticadas pelas mulheres. As iniciativas locais de resgate do saber quilombola propostas pelas EMATER de Arroio do Tigre e Salto do Jacuí contaram com a presença de mulheres desde suas idealizações até sua realização. Como exemplo podem-se citar as duas oficinas ministradas pelas EMATER que envolviam artesanato quilombola e culinária tradicional. Buscava-se por meio dessas atividades provocar a reflexão por parte da comunidade a respeito do que é ser quilombola, resgatando a identidade da comunidade e, assim, podendo avançar no processo de reconhecimento. Todas essas atividades envolveram mulheres, apesar dos homens estarem na comunidade não houve o comparecimento dos mesmos. Isso é presente na fabricação de artesanato para comercialização ou no processamento de alimentos tradicionais para venda em feiras ou eventos, fazendo com que essas atividades sejam caracteristicamente desenvolvidas pelas mulheres.

Em outros arranjos sociais é possível enxergar as mulheres trabalhando e elaborando produtos alimentícios tradicionais, mas não comercializando-os nas feiras, tarefa atribuída aos



maridos ou aos pais, tidos como responsáveis pela relação com a clientela e gerenciando a renda advinda da comercialização daquele determinado produto.

Já nas comunidades quilombolas as mulheres se envolvem na fabricação de produtos, na venda e no gerenciamento da renda obtida por meio deles.

Há outro aspecto interessante a respeito do envolvimento das mulheres nas duas comunidades. As lideranças atuais das associações de comunidades são duas mulheres. Na Linha Fão o cargo atual e antigo de presidente de associação é ocupado por uma mulher da comunidade. Na Júlio Borges o presidente é um homem, porém a vice é mulher, e quem acompanha todas as atividades, convoca as reuniões, participa dos encontros com a prefeitura ou com a EMATER é ela, portanto, quando se conversa com os demais integrantes da associação, a referência é sempre ela.

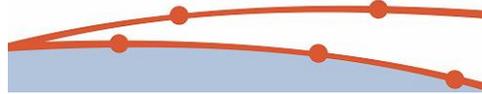
Ao ser questionada sobre o porquê de serem mulheres a ocupar esses cargos, elas não fazem uma conexão direta ao gênero. Para elas é natural, devido ao fato de elas estarem diretamente envolvidas em todas as atividades que compreendem a comunidade.

Outras mulheres, mais jovens, já acreditam que os homens não se esforçam ou não tem realmente interesse

Acho que os homens aqui são muito acomodados, eles acham que a mulher, a maioria das mulher aqui são elas que tomam conta da família inteira aí vai pra reunião e eles pensam – aí a mulher já resolve tudo mesmo – as mulher limpam a casa, lavam roupa, cuida das crianças, trabalha fora, vai pra lavoura, mulher faz isso e faz aquilo, e ainda vai pra reunião, homem só trabalha pra fora. Agora a mãe tá sem marido, antes a coisa era ruim, servia só pra dar volume na casa, mesma coisa eu com o pai dessas crias. Agora me separei eu não quero nem mais saber. Ele tá lá na cadeia, bem feito (NÚBIA, fragmento de entrevista).

Outro fator que contribui par grande presença feminina nas comunidades é a violência que ocorre entre homens negros jovens. Existe uma forte repressão sobre os jovens brasileiros negros nas cidades, porém, no rural o mesmo processo também está presente. Não são raros os jovens que sofreram acidentes, ou se envolveram em brigas, ou que foram presos.

Meu irmão morreu de assassinato. Foi um amigo, mais ou menos, que matou ele. Mas não deu um mês mataram o amigo que matou ele também. Aqui é assim, as pessoas não se conversam mais. Matou, dá um pouco de tempo eles vão lá e te matam. Tem gente que diz que interior é calmo, aqui não, as vezes é pior que cidade. [...] Daqui a uns dez anos se deixar não vai ter mais



homens, vai ter só mulher. Que nem esse marido da minha mãe, ele matou um guri aqui que tava junto na casa que mataram meu irmão, e daí agora eles vieram tentar matar ele aqui, metralharam toda a casa, daí nós tivemos que fugir. Isso é falta de comunicação das pessoas, não se conversam, não se entendem e a polícia tá nem aí, deixa que se matam (KENIA, fragmento de entrevista).

Muitas mulheres se encontram, portanto, sozinhas nas casas, com a presença única dos filhos.

As famílias tem fortes relações por compartilharem laços parentescos, a lida na roça e as dificuldades que tangem o mesmo território. Essas relações são construídas ao longo das gerações, dando espaço para a transmissão de culturas, saberes e também de sentimentos.

Por fim, constata-se que dentro e fora das casas, as mulheres dinamizam a comunidade marcando as reuniões, os encontros festivos, religiosos ou simplesmente vivendo o dia a dia latente e característico das comunidades rurais, onde há trocas constantes e atos de reciprocidade entre as casas vizinhas ou entre os parentes, seja de produtos agrícolas seja de favores. Também se compreende o papel fundamental da mulher na reprodução social da família por meio da preservação de práticas culturais, do cultivo e da preparação da alimentação de seus filhos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se esse trabalho reafirmando a importância das mulheres negras na preservação das comunidades quilombolas, não somente enquanto sujeitos que participam do trabalho e da renda familiar, mas também como preservadora de suas histórias, culturas e tradições. Através o convívio e as entrevistas, foi possível compreender que por meio de um processo histórico de negação de direitos perpetuam-se dificuldades e marcas nas comunidades quilombolas e fora delas.

Apesar desse cenário, a luta do movimento negro e o reconhecimento legal ocorrido, em parte, na Constituição Federal de 1988 e, em parte, no Governo Federal iniciado em 2003, permitiram o começo de atividades nessas comunidades, podendo dessa maneira retribuir minimamente os direitos negados historicamente à população negra rural brasileira.

Constatou-se, de fato, que as protagonistas das ações promovidas pelo NEDET, neste caso, e da conexão entre as comunidades quilombolas e as instituições, são as mulheres negras. Elas por meio da família, do fortalecimento entre elas, da manutenção de práticas culturais, conseguem resgatar sentidos e memórias, e transmitir eles para as futuras



gerações, quebrando aos poucos o ciclo de violência que se perpetuou desde o período do Brasil colonial.

Por meio das atividades em que elas participam, repassam à comunidade o sentido real de ser quilombola, que vai além da visão comum de um povo que foi oprimido e torturado durante os séculos, mas sim, que significa constituir um povo que tem culturas e raízes importantes e ricas, compreendendo também que suas comunidades são frutos da resistência e do combate ao Brasil escravocrata. Através de reuniões, e da organização social das comunidades as mulheres se constituem como lideranças e referências para as e os demais remanescentes do quilombo, se reafirmando enquanto sujeitos políticos, saindo da invisibilidade e apontando, inclusive, os verdadeiros responsáveis pela situação em que hoje se encontram.

É importante que além das histórias de sofrimento e trabalho repassadas dos mais antigos para os mais novos, sejam contadas também as histórias de conquistas, de luta e de vitória de um povo que encontrou no meio de lugares inóspitos, espaços para reconstruir suas comunidades, com suas regras e suas visões de mundo. E quem tem feito esse trabalho de lembrar, manter a memória e repassar são as mulheres quilombolas, sendo elas as principais responsáveis pela reprodução social da comunidade e seu reconhecimento interno e para fora dela.

6. REFERÊNCIAS

BARGAS, J. K. R.; CAL, D. **Entre lutas por reconhecimento e relações de poder: o papel das mulheres na organização sociopolítica do movimento quilombola no Pará, Brasil.**

In: 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, 2017, Montevideu. Anais do 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, 2017

BENETTI, Igor Binotto; GUIMARAES, Gisele Martins; BRONDANI, Leonardo Basso. O problema do êxodo rural contemporâneo e seus desafios com a juventude rural. In: Jornada Acadêmica Integrada, 33., 2018, Santa Maria. **Resumo...** . Santa Maria: Ufsm, 2018. p. 1 - 1. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/jai/trabalho/trabalho.html?action=anais>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

BERGER, M. **O quilombo: forma de resistência histórica dos escravos.** Tradução: Victória Gondim-Jacobi e Bernardete Biasi. Ed. Grin Verlag: Nordesrstedt Germany, 2007

BRANDÃO, Amora Couto; SCHULZ, Rosangela Marione. **Política de titulação territorial e o autoreconhecimento da comunidade quilombola Palmas.** In: Congresso Latinoamericano de Ciência Política, 9., 2017, Montevideu. Anais... . Montevideu: Alacip, 2017. v. 1, p. 1 - 26. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/59377691-A-politica-de->



titulacao-territorial-e-o-autoreconhecimento-da-comunidade-quilombola-palmas.html >. Acesso em: 1 dez. 2018.

BRITO, Débora. **Menos de 7% das áreas quilombolas no Brasil foram tituladas**. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/menos-de-7-das-areas-quilombolas-no-brasil-foram-tituladas>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BUTI, R. P. **Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural da Comunidade Quilombola de Linha Fão (Arroio do Tigre)**. Porto Alegre: INCRA, 2014.

CHIESA, Rodrigo Sulzbach. **Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sociocultural**. Arroio do Tigre: Incra, 2014. 246 p.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016

DORNELES, Cinara Fernandes. **Estratégias Socioeconômicas da Comunidade Quilombola de Júlio Borges frente ao cenário do desenvolvimento agrário da região do Alto Jacuí/RS**. 2016. 86 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, 2016. Disponível em: <<https://home.unicruz.edu.br/wp-content/uploads/2017/03/Cinara-Fontoura-Dorneles-Machado-ESTRATEGIAS-SOCIOECONOMICAS-DA-COMUNIDADE-QUILOMBOLA-DE-JULIO-BORGES-FRENTE-AO-CENARIO-DO-DESENVOLVIMENTO-AGRARIO-DA-REGIAO-DO-ALTO-JACUIRS.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

GRAY, D. E. Pesquisa no mundo real. 2ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HONNEF, Cláucia. **A extensão rural e o processo de inclusão educacional escolar de remanescentes quilombolas: pontos de interlocução**. 2012. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/7047/HONNEF%2C%20CLAUCIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

GLOBO. **Saiba como fazer suã com serralha**. Terra de Minas. Publicado em 22 de Novembro de 2014. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/mg/globominas/terrademinas/videos/v/saiba-como-fazer-sua-com-serralha/3781771/>>. Acesso em: 22 de Abril de 2019.

MINAYO, M. C. S. O Desafio da Pesquisa Social. In: GOMES, S. F. D. R., MINAYO, M. C. S. (Organizadora). **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. 32. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ZUIN, L. F.; ZUIN, P. B. **Produção de alimentos tradicionais: extensão rural**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

2019

IX Seminário Internacional sobre
Desenvolvimento regional

**Processos, Políticas
e Transformações**

Territoriais

Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil

Dias: 11, 12 e 13 de setembro de 2019

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade de Santa Cruz do Sul

